

Águas de Sergipe: rios de memórias, oceanos de patrimônios*

*Janaina Cardoso de Mello***

Resumo. Nas águas de Sergipe, de rios e crustáceos, de homens que em seu ofício se tornam peixes na alcunha e no imaginário popular, de tototós que transportam pessoas entre rios, de manguezais e pescadores, de peixes e tartarugas de um oceanário na beira da praia de Atalaia são temas onde esse artigo pretende mergulhar. No encontro entre rio e mar, a preocupação com a legislação de salvaguarda do patrimônio natural é apresentada, refletindo-se sobre a necessidade da participação da academia e das comunidades ribeirinhas em um diálogo complementar que possa pressionar mais políticas públicas de educação ambiental e inclusão social.

Palavras-chave: Rio Sergipe; Memórias; Patrimônio cultural; Legislação.

Waters of Sergipe: Rivers of memories; oceans of heritage

Abstract. The themes of current article are peopled with the rivers and lobsters of Sergipe, with men who in their profession are transformed into fish through popular imagination, with the typical boats that carry people through rivers; with streams and fishermen, fish and turtles of an Ocean on the beach of Atalaia. Concern with legislation to save natural heritage may be found in the encounter between the river and the sea. This is reflected in the participation of scholars and stream peoples in a complementary dialogue that may put more pressure on public policies with regard to environmental education and social inclusion.

Keywords: River Sergipe; Memories; Cultural heritage; Legislation.

Aguas de Sergipe: ríos de memorias, océanos de patrimonios

Resumen. Este artículo pretende bucear en las aguas de ríos y crustáceos, de hombres que en su ofício se transforman en peces en el sobrenombre y en el imaginario popular; de *tototós* que transportan personas entre ríos; de pantanos y

* Artigo recebido em 13/11/2014. Aprovado em 11/12/2014.

** Professora adjunta da graduação em Museologia e do PROHIS/UFS, Laranjeiras/SE, Brasil; e do Mestrado em História da UFAL, Maceió/Alagoas, Brasil. E-mail: janainamello.ufs@gmail.com.

pescadores; de peces y tortugas de un *Oceanario* a orillas de la playa de Atalaia. El encuentro entre el río y el mar remite a la preocupación con la legislación de preservación del patrimonio natural, reflejando la necesidad de la participación del medio académico y de las comunidades ribereñas en un diálogo que ayude a presionar por más políticas públicas de educación ambiental e inclusión social.

Palabras Clave: Río Sergipe; Memórias; Patrimonio Cultural; Legislação.

Introdução

Entrei no mar sem medo
 Na água Zé Peixe veio me salvar
 Entrei no mar sem medo
 Entrei no mar sem medo
 Na água Zé Peixe veio me salvar
 Entrei no mar sem medo
 Se vai chover deixa a chuva molhar
 Se vai chover é só para aliviar
 É só para aliviar
 São Bento Grande, samba de roda
 O côco eu vou quebrar em Mangue Seco
 Na praia do meio eu vou surfar
 Descendo as ondas
 Capoeira é pra jogar à beira mar
 Minha oferenda é pra iemanjá.
 (Um peixe ao mar – Alapada)

Da língua tupi *siri'jpe*, provém a palavra Sergipe, significando “no rio dos siris” (NAVARRO, 2005, p.30), um crustáceo de carapaça dura, dez patas, da família dos *portunídeos* (caranguejos nadadores) que corre, desliza e vive em ambientes marinhos e em estuários (zona de transição entre o mar e rios). Assim, são evocadas as memórias dessa terra de mangues, rios e mar.

Como sistemas nervosos, veias azuis saltitantes, dentre os muitos rios que cruzam Sergipe, encontram-se o São Francisco (carinhosamente apelidado de “Velho Chico”¹), o Vaza-Barris, o Sergipe, o Japarutuba, o Piauí, o Real, o Poxim e o Cotiguiba.

¹ O rio tem um significado muito especial para a região, pelo que representa na vida socioeconômica do nordeste.

O rio Sergipe, que banha o Estado de Sergipe, na sua foz separa os municípios de Aracaju e Barra dos Coqueiros. Possui uma extensão de 210 km, nascendo na Serra Negra, ainda divisa com o Estado da Bahia, percorrendo Sergipe no sentido oeste/leste em uma área de 3.673 km², até desaguar no Oceano Atlântico.

Fotografia 1 – rio Sergipe



Fonte: Janaina Mello (jan. 2014)

Dos 26 municípios que constituem a bacia hidrográfica do rio Sergipe, oito estão integralmente inseridos em sua área: Laranjeiras, Nossa Senhora da Aparecida, Malhador, Riachuelo, Santa Rosa de Lima, Moita Bonita, São Miguel do Aleixo e Nossa Senhora do Socorro.

Nas águas de um rio, muitas ondas e pouca calmaria, muitos peixes e pouco pé-no-chão em vidas que se entrelaçam como os nós de uma rede de pesca, pois, como afirma a historiadora Vanessa Brasil:

o fluir das águas interpela o humano e compõe com ele paisagens internas cujas representações se exprimem das mais

diversas maneiras: origem, morada, sustento, caminho, interlocução, marco, refúgio, inspiração, regeneração, purificação, lazer, erotismo, passagem, vida, fim e morte (BRASIL, 2005, p.23).

É nas águas desse Sergipe de rios e crustáceos, de homens que em seu ofício se tornam peixes na alcunha e no imaginário popular, de tototós que transportam pessoas entre as margens de rios, de manguezais e pescadores, de peixes e tartarugas de um oceanário na beira da praia de Atalaia, que esse artigo pretende nadar.

Nas águas de Sergipe, rios de memórias e oceanos de patrimônios se conformam...

Onde o peixe encontra o rio

Lá no horizonte apontava o navio, singrando as ondas que acompanhavam seu movimento rumo à barra do rio Sergipe. Impulsionando seus pés no parapeito do atracadouro, Zé Peixe lançou-se naquelas águas já tão conhecidas para com braçadas firmes e seguras alcançar a embarcação, orientando a sua navegação. Feito o serviço, o “príncipe submarino” sergipano saltou novamente para aquelas águas que o recebiam mornas e afetuosas como uma mãe que tem novamente em seus braços seu filho muito estimado, para embalá-lo até a terra seca em segurança. Assim, transcorriam seus dias, assim exercia o seu ofício de prático² em Aracaju.

² A praticagem é o serviço de auxílio oferecido aos navegantes, geralmente disponível em áreas que apresentem dificuldades ao tráfego livre e seguro de embarcações, em geral de grande porte. Tais dificuldades podem ser relativas a ventos, estado do mar, lagos ou rios, marés, correntes, bancos de areia, naufrágios, visibilidade restrita, entre outras. O prático é um profissional habilitado pela Marinha do Brasil e que possui o conhecimento das águas em que atua, com especial habilidade, na condução de embarcações, devendo estar perfeitamente atualizado com dados sobre profundidade e geografia do local, o clima e as informações do tráfego de embarcações. É também o responsável pelo controle e direcionamento dos rumos de uma embarcação próxima à costa, ou em águas interiores desconhecidas do seu comandante. Todavia, os práticos não pertencem ao quadro militar da Marinha.

Foi nessa simbiose entre homem e rio, pele morena do sol e ondas esverdeadas, que José Martins Ribeiro Nunes (Zé Peixe) tornou-se uma figura lendária em Sergipe com sua estátua ocupando lugar de destaque tanto no Memorial de Sergipe, quanto na entrada do Museu da Gente Sergipana.

A obra no Museu da Gente Sergipana, retratando o momento de preparação para um mergulho, batizada de “O Prático” e feita de concreto armado modelado pelo artista visual Elias Santos, foi inaugurada em 25 de setembro de 2013 (MOURA, 2013).

Fotografias 2 e 3 – Estátua de Zé Peixe na entrada do Museu da Gente Sergipana



Fonte: Janaina Mello (abr. 2014)

Zé Peixe, nascido em 5 de janeiro 1927 na cidade de Aracaju, cresceu em uma casa em frente ao rio Sergipe, aprendendo a nadar com seus pais, Nicanor Ribeiro Nunes e Vetúria Martins Ribeiro Nunes. O rio tornou-se parte significativa de sua vida, nele encontravam os encantos das brincadeiras juvenis e o desafio de atravessá-lo para buscar cajus maduros na outra margem (SANTOS, 2004, p.517).

O percurso até a praia de Atalaia fazia a nado e enquanto seus pais desejavam de seu terceiro filho mais atenção aos estudos, o jovem distraía-se na praia vendo o fluxo das embarcações, desenhando navios ou no rio cuidando das orientações aos capitães sobre as alterações dos bancos de areia.

Fotografia 4 – Estátua de Zé Peixe na Capitania dos Portos em Aracaju-SE



Fonte: Fabiana Carnevale (jan. 2012)

Aos 20 anos, após concurso, iniciou o serviço de prático da Capitania dos Portos de Sergipe, exercendo seu ofício por quase meio século. Sua peculiaridade era a de ser um “homem-peixe”, ou seja, não se utilizar de barcos de apoio, mas nadar até os navios, subindo a bordo, guiando as embarcações para mar aberto. Depois de conduzir o navio, amarrava suas roupas e documentos na bermuda e saltava do parapeito da nave em queda livre de 17 m até a água, nadava até 10 km para chegar à praia, e percorria a pé mais 10 km até chegar à sede da Capitania dos Portos (PARENTE, 2012, p.21).

O único equipamento que às vezes utilizava era uma prancha, que o ajudava a deslizar nas ondas até as embarcações situadas à distância maior, muitas vezes passava dia e noite aguardando os navios apoiado na boia (12 km da praia) até que a maré favorecesse o desembarque. Um dos relatos

sobre sua atuação foi feito por Fábio Mello Fontes, prático em São Paulo, cuja viagem até Aracaju-SE na embarcação “Loirinha V” traz em sua memória a figura de Zé Peixe:

Chegamos pela manhã em Aracaju. Fundeamos na barra para aguardar prático e entrar no porto, nosso destino final. Após pouco mais de uma hora, eis que surge, vindo do porto, um navio de abastecimento de plataformas (*supply ship*). Vinha em nossa direção. Era bem mais alto do que o nosso “Loirinha V”. Passou bem devagar, a uns quarenta metros do nosso bordo. Nesse instante, vimos um homem em pé no talabardão da asa do passadiço de boreste do “supply”. Estava sem camisa, descalço e de bermuda. De repente o homem salta em grande estilo, mergulhando de cabeça. Era o prático Zé Peixe! Veio nadando em direção ao nosso navio, subindo com desenvoltura pela escada de quebra-peito. Impressionado, fui recebê-lo no convés. Avistando minha mulher, desculpou-se educadamente pelo traje sumário. Incontinenti, puxou um saco plástico da cintura dele tirando uma camiseta seca de cor branca e a vestiu.

Zé Peixe recomposto, subimos para o passadiço. Sob sua orientação segura suspendemos o ferro e iniciamos a navegação a rumos práticos para o interior do Rio Sergipe, porto de Aracaju, onde iríamos fundear para entregar o navio à sua nova tripulação local (FONTES, 2012, p.14).

Mesmo já na terceira idade, Zé Peixe continuava seu trabalho como prático, surpreendendo tripulações e comandantes que por vezes achavam-no louco. Mas o reconhecimento de seus feitos seria corado com medalhas, a medalha do Mérito Serigy, e destaque nas mídias, tendo em vista que tantas vezes já salvara vidas ao mar como atestado do próprio: “Já perdi a conta das pessoas que salvei. Desde menino que salvo gente. Antigamente, aos domingos, quando não tinha salva-vidas na Atalaia Velha, eu aparecia e ficava lá por minha conta” (SANTOS, 2004, p.518-519).

Com 25 anos, em 1952, no raid Natal *versus* Rio de Janeiro, em águas revoltas pelo mau tempo, Zé Peixe e a irmã Rita salvaram três velejadores potiguaros quando a lancha Atalaia naufragou onde estavam. Por esse feito foi agraciado com

uma medalha de ouro, com os seguintes dizeres: ‘Raid Natal X Rio de Janeiro da iole Rio Grande do Norte. Gratidão do povo potiguar ao herói do naufrágio de Atalaia, José Martins Ribeiro Nunes, maio 1952 (SANTOS, 2004, p.519).

Ainda foram presenteados com 15 dias no Rio Grande do Norte, várias homenagens, além de terem sido apresentados ao presidente da república, Café Filho, na Associação Atlética de Natal (SANTOS, 2004, p.519).

Somente aos 82 anos, enfermo sob os efeitos do *alzheimer*, Zé Peixe solicitou seu afastamento da praticagem junto à Marinha, que foi concedido pela Portaria N° 141/DPC, de 13 de outubro de 2009:

Art. 1º Cancelar, de acordo com a subalínea 2), da alínea a), do item 0228 das Normas da Autoridade Marítima para o Serviço de Praticagem – NORMAM-12/DPC (afastamento definitivo por solicitação do interessado), aprovadas pela Portaria n° 30/DPC, de 23 de março de 2006, publicada no Diário Oficial da União, de 28 de março de 2006, o Certificado de Habilitação de Prático da Zona de Praticagem de Redes e Terminal Marítimo Inácio Barbosa (TMIB) (SE) - ZP-11, do Sr. JOSÉ MARTINS RIBEIRO NUNES.

O homem-peixe de Aracaju que recebeu ainda a medalha Almirante Tamandaré por seus serviços na divulgação e fortalecimento das tradições da Marinha viveu e morreu na simplicidade. Por isso, alguns práticos o criticavam por não se utilizar de sua “fama” para engajar-se na luta pela melhoria das condições salariais daqueles que desempenhavam esse ofício junto aos rios e mares. A militância ideológica não fazia parte de sua natureza.

Sua casa, um imóvel do século XIX, resultante de herança de seus avós de frente para o rio Sergipe e próxima à Capitania dos Portos, não passou por qualquer reforma. Dentre seus bens: uma geladeira azul antiga, sua velha bicicleta que o levava até o mercado para comprar frutas e seus desenhos de caravelas, já amarelados pelo tempo, que presos às paredes remontavam seu cotidiano. O ofício de prático pagava pouco, mas Zé Peixe

sempre vivera a felicidade intangível das ondas do mar e não da materialidade cobiçada pelos “homens da terra firme”.

Morreu na tarde de 26 de abril de 2012, vítima de insuficiência respiratória, aos 85 anos, em Aracaju. Deixou a terra para ir definitivamente fazer do mar sua morada eterna como um legítimo príncipe submarino.

Onde o rio encontra o peixe

O mesmo rio Sergipe onde nadava Zé Peixe também serve como caminho das águas para aqueles que vivem o dia a dia dos “tototós”, ou seja, pequenas embarcações de madeira que realizam a travessia entre Aracaju e a Ilha de Santa Luzia (Barra dos Coqueiros). Rápido e econômico, o tototó caiu no gosto popular pelo barulho de seu motor e pela beleza da vista que a viagem propicia. Contudo, com a construção da ponte João Alves, o transporte hidroviário no rio Sergipe diminuiu seu fluxo, mas ainda no relato de representantes do poder público municipal, o rio:

Já foi mais navegável do ponto de vista das pessoas quando tinham aquelas barcas né, no terminal hidroviário, antes da ponte que atravessavam pra... mas as cidades aqui Santo Amaro e Maruim ainda vêm muito isso, as lanchas atravessam, assim, chamadas tototós que são aquelas mais comuns, mais simples, e dos pescadores e tudo o pessoal já faz a travessia (FIGUEIREDO; MAROTI, 2011, p.38).

A preocupação com um possível desaparecimento desse meio de transporte tradicional em Sergipe fez com que a deputada Ana Lúcia idealizasse o projeto de Lei 49/2010 para assegurar a existência e manutenção das embarcações, tendo em 20 de dezembro de 2011, o governador Marcelo Déda assinado a Lei 7.320, instituindo o tototó como “patrimônio cultural e imemorial do Estado de Sergipe”.³

³ A publicação da lei ocorreu no Diário Oficial do Estado de Sergipe de 30 novembro de 2011.

Fotografia 5 – Embarcação de madeira movida a motor (tototó) em Laranjeiras/SE



Fonte: Janaina Mello (jan. 2014).

Atualmente, 46 canoeiros sobrevivem do trabalho da travessia com 23 tototós, por isso, o canoeiro Ednaldo Francisco Santos comemora o decreto, afirmando:

Me criei aqui, e sem isso não vivo. Sustento minha família com o dinheiro que ganho aqui, por isso, é muito bom ver que o governo está olhando para agente e que teremos boas novidades a partir de agora (ASCOM-SECULT, 2012).

Outro canoeiro, Cícero Romão, também expressou seu contentamento e expectativas em relação ao projeto de lei:

Isso aqui é a cultura de Aracaju viva, e que infelizmente, por falta de procura e de investimento, está se acabando. Com o ‘tototó’ sendo considerados patrimônio cultural, nossa esperança é que essa realidade mude, e que eles voltem a ter o reconhecimento que tinham no passado (ASCOM-SECULT, 2012).

O projeto lei contém ainda uma indicação da deputada Ana Lúcia para “a implantação de ações programadas de Educação Ambiental e apoio às Pesquisas Científicas, utilizando as embarcações ‘tototós’, em defesa da Bacia do Rio Sergipe” (ASCOM-SECULT, 2012). Ressalta-se com essa medida uma Diálogos (Maringá. Online), v. 18, n.3, p. 1137-1159, set.-dez./2014.

reflexão necessária: “a consideração da dimensão cultural deve estar associada às dimensões políticas, econômicas e científicas para a prevenção e/ou a resolução dos problemas relacionados ao uso e gestão das águas (FRANCA, 2013, p.29).

A presença dos barcos de travessia do rio é celebrada há 11 anos, no dia da fundação da cidade, no evento organizado pelo jornalista Osmário Santos, denominado “Aracaju de Tototó”, uma festa náutica que compreende um passeio ecológico com música ao vivo saindo em barqueata, cruzando o rio Sergipe desde o pier do bairro Inácio Barbosa, passando pela Barra dos Coqueiros. A atividade busca chamar a atenção da sociedade sergipana para a preservação ambiental e a revitalização dos rios assoreados e poluídos (ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2014).

Articulada aos estudos de militantes ambientalistas, a deputada Ana Lúcia afirma que um dos afluentes do rio Sergipe apresenta um estado crítico de poluição:

o Rio Poxim, por exemplo, que já chegou a representar 70% do total de abastecimento de água da capital sergipana, hoje contribui com apenas 30% da água que chega às casas dos sergipanos e acrescenta que as águas dos rios de Aracaju apresentam altas taxas de concentração de elementos químicos tóxicos e dejetos, despejados por indústrias e pelo esgotamento sanitário (ASSESSORIA PARLAMENTAR, 2014).

A movimentação da sociedade civil em torno da defesa de seu patrimônio refletiu na publicação da Portaria N° 8, de 29 de novembro de 2013, no Diário Oficial da União, por meio da qual a Superintendência do Patrimônio da União no Estado de Sergipe resolve, no Art. 1º, autorizar o Estado de Sergipe, via Companhia Estadual de Habitação e Obras Públicas (CEHOP), a realizar obras para a recuperação e ampliação do Terminal de Barcos Tototó em Aracaju/SE, fazendo uso de área de terreno da Marinha nas imediações (DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, 06 dez. 2013, p.189-190).

Ao rememorar a ligação das embarcações com os rios sergipanos, remonta-se ainda a trajetória da canoa de tolda “Luzitânia” que proveniente de Sergipe navegava pelo rio São Francisco entre Propriá e Neópolis. Em 1999, a canoa foi comprada e restaurada pela “Sociedade Canoa de Tolda”, situada no município de Brejo Grande (SE), com a participação de mestres ribeirinhos, sendo em 2008 oficializada como patrimônio material e imaterial pelo Iphan, configurando-se no 26º bem tombado em Sergipe (SANTOS, 2013, p.56).

Além do transporte hidroviário, não é raro encontrar muitas embarcações motorizadas ao lado de canoas à vela dedicando-se à pesca no rio Sergipe. Dentre as espécies provenientes da pesca artesanal desembarcadas no município de Aracaju, podem ser relacionados: bagre (27,39%), camurim (40,67%), caranguejo (104,14%), caranha (8,02%), carapeba (15,26%), catana (1,30%), corvina (12,48%), curima (1,65%), garapau (0,56%), guaiamum (17,68%), mero (4,77%), papaterra (1,39%), sardinha (52,26%), siri (0,06%), solteira (0,39%), sururu (4,01%), tainha (62,24%) e outros (45,21%), totalizando 399,48% da produção pesqueira (SEMARH, 2014, p.47-48).

Fotografia 6 – Pescadores comercializando a produção em Laranjeiras/SE



Fonte: Fotografia Janaina Mello (jan. 2014).

Essa atividade que impulsiona 1.237 homens buscar as águas do rio para dele prover seu sustento tornou-se organizada por meio da fundação da Colônia de Pesca Z-01 em Aracaju, responsável pela arte da pesca com caceia, tarrafa, redinha, linha, camboa e gerere (SEMARH, 2014, p.47-49). A pesca para a comunidade litorânea compõe

o exercício de uma atividade na qual se mesclam as condições objetivas de sua reprodução, como o acesso à alimentação e renda, com condições subjetivas, como o conhecimento tradicional sobre o meio natural e o trabalho fortemente condicionado por dinâmicas ambientais. Construindo, assim, um vasto conhecimento acerca do ambiente, como as condições de maré, a identificação dos pesqueiros, o manejo dos instrumentos de pesca, comportamento e classificação das espécies marinhas, às variáveis ambientais que interferem na pescaria, entre outros. Esses saberes possibilitam um manejo adequado dos recursos naturais, que podem ser utilizados para a implementação de uma gestão dos ecossistemas (SANTANA; ANDRADE; MELO, 2012, p.3).

De suas vidas mais uma vez a simplicidade guardada com Zé Peixe, morando em casas sem reboco, com tijolos à mostra, relegando-se a alguns apenas ao luxo de possuírem antenas parabólicas. Em seu quintal, as canoas de madeira ancoradas na margem do rio, protegidas por armações de bambu e palha de bananeira.

Fotografias 7 e 8 – Vilas de Pescadores nas margens do rio Cotiguiaba em Laranjeiras/SE e nas margens do rio Sergipe



Fonte: Janaina Mello (jan. 2014).

Em Aracaju, a pesca tem se revelado uma atividade econômica predominantemente masculina, entretanto, no mangue, usualmente, são as mulheres que se dedicam à coleta do caranguejo, embora alguns homens também mergulhem na lama para buscar entre os galhos da vegetação os crustáceos escondidos que mais tarde são comercializados junto aos restaurantes da orla de Atalaia ou Coroa do Meio em Aracaju.

Onde o rio encontra o mar

Dos peixes de água doce para a biodiversidade marítima do Oceano, Aracaju viu em 2002 ser inaugurado seu oceanário na praia de Atalaia. Nascido como o primeiro oceanário do nordeste e quinto do Brasil, foi criado, construído e é mantido e administrado pela Fundação Pró-Tamar, por meio da coordenação regional do projeto Tamar, em Sergipe. Sua especificação técnica o descreve como localizado:

a 500m do mar, ocupa 141 mil m² de área cedida pelo Governo Federal, através de contrato de cessão entre o Serviço de Patrimônio da União e a Fundação Pró-Tamar. Tem área construída de 1.700 m², na forma de uma tartaruga gigante, com a cobertura em eucalipto e piaçava (TAMAR-SE, 2014).

Configurando-se como um patrimônio natural oceânico musealizado, o “acervo” do oceanário possui 70 espécies diferentes, dentre arraias, tubarões, moreias, xareus, caranhas, vermelhos e meros, dispostas em 18 aquários.

Tendo como grande atração o ecossistema do litoral sergipano, o oceanário de Aracaju realiza atividades de caráter pedagógico com visitas guiadas, palestras, exposições, teatro e *shows*, por meio dos quais busca sensibilizar moradores e turistas sobre a necessidade da preservação das espécies marinhas e das potencialidades do rio São Francisco, o velho chico, aquele que embala canções de canoeiros.

Fotografias 9 e 10 – Oceanário de Aracaju/SE



Fonte: Fotografia Janaina Mello (mai. 2014).

Entre as pesquisas científicas realizadas por profissionais e estudantes de biologia de várias instituições, também se destaca no oceanário a criação de personagens animados relacionados ao projeto Tamar de proteção às tartarugas marinhas⁴, que são usados em ações educativas com crianças, pensando-se o futuro das águas nas mãos das novas gerações.

Recentemente, o oceanário inaugurou o “Submarino Amarelo”, inspirado nos Beatles, onde em uma sala escura e climatizada a 16° C, apresentam uma exposição que tem como tema animais marinhos de grande porte e que habitam grandes profundidades em torno de 500 m. Além de projeções, há tanques com animais vivos, incluindo alguns interativos onde o público pode tocar os isópodes (ou baratas do fundo do mar).

⁴ O projeto Tamar atua desde 1980 na costa brasileira na preservação de espécies marinhas ameaçadas de extinção. Atualmente, conta com 19 bases e 11 centros de visitantes desenvolvendo pesquisa aplicada, interação com a pesca, telemetria por satélite, inclusão social e educação ambiental.

Fotografia 11 – Submarino Amarelo no Oceanário de Aracaju/SE



Fonte: Fotografia Janaina Mello (mai. 2014).

Segundo Dulce Suassuna (2007, p. 211), a criação do projeto Tamar ocorre em meio ao contexto desenvolvimentista brasileiro – do “milagre econômico” – onde o crescimento econômico era associado ao avanço do progresso sob terras e mares sem uma preocupação real com o meio ambiente. É nesse momento, de forma contraditória à política econômica do país, que surge o programa de conservação ambiental para o ecossistema marinho, salientando-se a importância de antecedentes como a ECO/72, as Cites e a Conferência realizada pela OEA, em Washington, em 1979.

Mas isso não aconteceu de forma consensual e as águas desse mar tornaram-se revoltas, pois ao longo dos anos, as atividades do projeto Tamar adquiriram feição de controle e fiscalização da pesca predatória fora de época, que se por um lado contribuiu para a salvaguarda das espécies marinhas, por outro teve um forte impacto na subsistência das comunidades de pescadores.

Foi assegurado, apenas para alguns, emprego como tartarugueiros, o que significou uma redefinição do sentido do termo utilizado pelos pescadores-práticos que tinham habilidade e experiência na captura das tartarugas marinhas. Esses aspectos produziram conflitos na comunidade, estabelecendo-se situações de crise (SUASSUNA, 2007, p.215).

A intervenção político-ambiental envolve tensões que orbitam não só os sistemas econômicos das comunidades, mas também suas percepções simbólicas, uma vez que mitos como o do “pescador herói do mar” que enfrenta tempestades, ondas bravas e o desconhecido dos oceanos para voltar à terra firme com o alimento que sustenta a sociedade precisam ser contestados e ressignificados. Estabelece-se uma arena de lutas pelo poder, onde coordenadores de projetos ambientais, governos e líderes comunitárias apresentam-se ao combate e normalmente a vitória coroa aqueles que possuem a legitimidade da ciência e/ou da política. Assim, as comunidades precisam se reelaborar e associar-se ao novo contexto para não deixarem de existir em seu ofício e memórias, reaprendendo a pesca, refazendo seus modos de vida, mas também se mobilizando para garantir seus direitos via projetos de educação ambiental, inclusão social e valorização de comunidades tradicionais vinculadas aos rios e mares brasileiros.

Aqui, o rio encontra o mar e revela o oceano de patrimônios existentes em Sergipe, quer em terra, quer na água. Encontro que se repete em seu patrimônio cultural edificado, como no caso do Memorial de Sergipe da Universidade Tiradentes, do Centro de Cultura e Arte da Universidade Federal de Sergipe, do Museu da Gente Sergipana e do Palácio Museu Olímpio Campos, todos voltados para o rio Sergipe. E até mesmo o *campus* da Universidade Federal de Sergipe no município de Laranjeiras faz sua morada ao lado do rio Contiguiba. Margeada por rios e mares, a cultura material se humaniza no canto de pescadores, marisqueiras e canoieiros que interagem com seu “acervo entre quatro paredes”, em uma paisagem cuja natureza apresenta aos museus, memoriais e instituições educacionais seu “acervo-paisagem de homens e peixes”.

Desde a década de 1930, a preocupação com a salvaguarda do patrimônio natural e especificamente com a água enquanto integrante desse

patrimônio esteve presente na legislação do Código de Águas, sendo reforçada em 1988 pela Constituição Federal da República Federativa. No início dos anos de 1980 é também a criação da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), que serviu como base norteadora dos dispositivos legais posteriores, tendo como princípios no âmbito do direito ambiental a prevenção, a precaução, o desenvolvimento sustentável, a participação coletiva e o poluidor-pagador (DELPHIM, 2004, p.1-3).

No âmbito da proteção do patrimônio nacional estão a Zona Costeira (ZC), a Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar e o Pantanal Mato-Grossense figurando nas páginas da Constituição Federal de 1988. Salientando-se ainda o Plano Nacional de Gerenciamento Costeiro (PNGC) que integra a Política Nacional para os Recursos do Mar (PNMR) (JURAS, 2012, p.30).

Sob esse aspecto, ressalta-se ainda a realização da “Convenção para a proteção. Do patrimônio mundial, cultural e natural” durante a Conferência Geral da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura, reunida em Paris, de 17 de outubro a 21 de novembro de 1972, onde resoluções importantes para a preservação do patrimônio natural foram estabelecidas e dentre elas: as definições de patrimônio cultural e natural, a proteção nacional e internacional do patrimônio cultural e natural, a criação de um comitê intergovernamental para a proteção do patrimônio cultural e natural, a organização de um fundo para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural, as condições e modalidades de assistência internacional em favor dos bens do patrimônio cultural ou natural, os programas educativos para reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao patrimônio cultural e natural, além de apresentar relatórios e cláusulas finais (UNESCO, 1972).

Tendo em vista a situação de crise vivenciada no século XX e XXI com aproximadamente 50% das zonas úmidas no mundo sendo perdidas, em

2006, a Resolução de nº03, do Conselho Nacional de Biodiversidade (Conabio), com base na Convenção sobre a Diversidade Biológica (CDB) da ONU, definiu que deveria haver no mínimo 10% de área dos ecossistemas protegidos por unidades de conservação (MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE..., 2010, p.10).

As discussões em torno do patrimônio natural, sua degradação e a necessidade de preservação terminaram por inspirar a cronologia de 2005 a 2015 como a “Década das Águas”, na qual estaria em jogo a revitalização de rios e mares, principalmente da bacia hidrográfica do rio São Francisco, a partir de ações junto ao esgotamento sanitário, ao abastecimento de água, ao manejo de resíduos sólidos, ao manejo das águas pluviais, aos sistemas integrados (água, esgoto, resíduos e urbanização), o desenvolvimento institucional, o controle dos processos erosivos, a recuperação e preservação, estudos e projetos, além de projetos culturais com várias ações programadas com um investimento de mais de R\$6,4 bilhões (FERREIRA; ROSA, 2013, p.52-53).

Tais iniciativas, no plano geral, têm se mostrado de grande valor no combate à destruição do patrimônio de rios e mares, no entanto, os procedimentos de fiscalização e punição ainda são falhos no que diz respeito às grandes campanhas cujas embarcações despejam cotidianamente óleo no mar e abrem crises ecológicas e econômicas de grande proporção para as populações ribeirinhas e demais sociedade que necessita da água como um recurso natural fundamental às suas necessidades.

Em Sergipe, o grande “agouro” de manguezais e rios é o esgotamento sanitário de prédios residenciais instalados em bairros nobres, de frente para o rio Sergipe, que tem contaminado a água e degradado o ecossistema local. O poderio das grandes empresas construtoras, a ineficácia de um plano diretor que impeça novas edificações em áreas costeiras, bem como a conivência do poder público muitas vezes silenciando-se em nome de um desenvolvimento

urbano que jamais deveria caminhar segregado das preocupações ambientais tem levado a morte às águas.

Por isso, entre a legislação e a prática empreendida, a participação popular e o envolvimento da academia pressionando políticas de proteção e uso social do meio ambiente se fazem urgentes. A necessidade da coletividade, atuando de forma contínua na defesa de um bem natural e cultural que está na essência da sobrevivência de seres humanos, vegetais e animais, carece de um diálogo que seja realizado de forma colaborativa, em que professores e alunos aprendam com a comunidade ribeirinha, em uma troca equilibrada onde a alteridade de ambos seja valorativa e complementar, construindo alianças de respeito mútuo.

Considerações finais

Sergipe é uma terra de mangues, rios e mares. A relação de sua gente com as águas que lhe banham a costa e penetram por seu território conformando uma grande espinha dorsal azul que leva o aprendizado da vida e da morte aos seus habitantes.

Vida que se personifica nos batismos à margem do rio, nos mergulhos das crianças ribeirinhas, na garantia do peixe de cada dia na tarrafa dos pescadores ou do caranguejo que se esconde no manguezal e termina no vapor da panela como alimento dos mais fortes na cadeia alimentar. Vida que celebra homens-peixes que atuam como faróis humanos guiando embarcações na entrada de Aracaju, torna patrimônio imaterial os tototós que transportam famílias por sobre as ondas do rio até uma não tão distante ilha, musealiza espécies marinhas e semeia novas tartarugas que de tempos em tempos correm para o mar nas areias da praia.

Morte que enluta e entristece aqueles que do rio sobrevivem ao se depararem com a poluição, o assoreamento, o descaso político na

revitalização das águas e dos mangues que ressecam frente ao despejo do esgoto dos prédios da avenida nobre da cidade de Aracaju. Morte que “imortaliza” o homem-peixe sergipano em estátuas e exposições, mantendo a continuidade de seu mito de “pés-descalços” e mergulho profundo.

Entre os embates de vida e morte, as águas de Sergipe precisam renascer das cinzas como a Fênix mitológica, a partir dos engajamentos políticos-acadêmicos, dos compromissos legislativos e das políticas públicas para a salvaguarda desse patrimônio natural que é a força motriz dos moinhos de vida que moem os grãos da sabedoria humana, irrigam extensões de terras áridas de ideias, drenam terras alagadas por egoísmos solitários e geram a eletricidade necessária à superação das adversidades de forma solidária.

Referências

ASSESSORIA PARLAMENTAR. PL que inclui 'Aracaju de Tototó' no calendário. *Infonet Cultura*. Disponível em: <http://www.infonet.com.br/cultura/ler.asp?id=155967>, Acessado: 22 jul. 2014.

ASCOM-SECULT. ‘Tototó’ agora é patrimônio cultural do Estado de Sergipe. *Infonet Cultura*. Disponível em: <http://infonet.com.br/cultura/ler.asp?id=122739>, Acessado: 22 jul. 2014.

BRASIL, Vanessa M. Caminho de águas históricas. In: SÁ, Antônio Fernando de Araújo; BRASIL, Vanessa M. (Orgs.). *Rio sem História? Leituras sobre o Rio São Francisco*. Aracaju: Fapese, 2005.

DELPHIM, Carlos Fernando de Moura. *O patrimônio natural no Brasil*. Rio de Janeiro: IPHAN, 2004.

DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO. Brasília, 06 dez. 2013.

DIÁRIO OFICIAL DO ESTADO DE SERGIPE. Aracaju, 30 nov. 2011.

FERREIRA, Renato Saraiva; ROSA, Larissa Alves da Silva. As ações de revitalização da bacia do rio São Francisco. In: ANA – Agência Nacional de Águas, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Orgs.). *Água e patrimônio cultural*. Brasília: ANA, 2013, p.45-56.

FIGUEIREDO, Alba Vívian Amaral; MAROTI, Paulo Sérgio. Bacia Hidrográfica do Rio Sergipe - Significado, identidade e escolha de usos a partir da percepção dos membros do Comitê (Gestão 2008-2010). *REDE – Revista Eletrônica do Prodema*, Fortaleza, v. 7, n.2, p. 22-41, nov. 2011.

FONTES, Fábio Mello. Tributo a Zé Peixe. *Centro dos Capitães da Marinha Mercante – Revista Eletrônica*, Rio de Janeiro, n. 96, p. 13-14, 15 jun. 2012 Disponível em: http://www.centrodoscapiães.org.br/RevistaEletronica_96_15062012.pdf. Acessado: 20 jul. 2014.

FRANCA, Dalvino Troccoli. Água e Patrimônio Cultural. In: ANA – Agência Nacional de Águas, Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Orgs.). *Água e patrimônio cultural*. Brasília: ANA, 2013, p.21-34.

JURAS, Ilidia da Ascensão Garrido Martins. *Ecossistemas costeiros e marinhos: ameaças e legislação nacional aplicável*. Brasília: Câmara dos Deputados, 2012.

MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE/SECRETARIA DE BIODIVERSIDADE E FLORESTAS/GERÊNCIA DE BIODIVERSIDADE AQUÁTICA E RECURSOS PESQUEIROS. *Panorama da conservação dos ecossistemas costeiros e marinhos no Brasil*. Brasília: MMA/SBF/GBA, 2010.

MOURA, Andrea. Zé Peixe é “imortalizado” por meio de escultura. *Jornal da Cidade*. Variedades Caderno C. Aracaju, 25 set. 2013.

NAVARRO, E. A. *Método moderno de tupi antigo: a língua do Brasil dos primeiros séculos*. 3ª ed. São Paulo: Global, 2005.

PARENTE, Maria Amélia. Zé Peixe, simplesmente um homem. *Revista do CONAPRA - Conselho Nacional de Praticagem*, ano XIV, n. 37, p. 18-23, jun./set. 2012.

PORTARIA Nº 141/DPC, 13 out. 2009.

SANTANA, Camila Gentil; ANDRADE, Ana Bárbara de; MELO, Edilaine Andrade. Diagnóstico preliminar da atividade pesqueira na Orlinha do Bairro Industrial em Aracaju-SE. *Anais do I Seminário Nacional de Geologia e Planejamento Territorial e IV Seminário do GEOPLAN*. Aracaju: GEOPLAN, 2012, p.1-11.

SANTOS, Analice A. Marinho. Jangada, embarcação. In: MAYNARD, Andreza S. C.; MAYNARD, Dilton C.S.; CRUZ, Vivian S. *Pequeno Guia do Rio São Francisco: paisagens, lugares e outras riquezas*. São Paulo: LP-Books, 2013, p.55-56.

SANTOS, Osmário. *Oxente! Essa é a nossa gente*. Aracaju: Editora Ós, 2004.

SEMARH - SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E DOS RECURSOS HIDRICOS. *Diagnóstico da Bacia do Rio Sergipe*. Oficina Temática (Dados Preliminares). Disponível em: http://www.semarh.se.gov.br/planosderecursoshidricos/files/documentos/projetos/pbh/apresentacao_completa_sergipe.pdf, Acessado: 10 ago. 2014.

SUASSUNA, Dulce. *Um olhar sobre políticas ambientais: o projeto Tamar*. Brasília: Thesaurus, 2007.

TAMAR-SE. *Oceanário de Aracaju/SE*. Disponível em: http://www.tamar.org.br/centros_visitantes.php?cod=10. Acessado: 12 ago. 2014.

UNESCO. *Convenção para a proteção do patrimônio mundial, cultural e natural*. Paris, 16 nov. 1972, p.1-16. Disponível em: <http://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf>, Acessado: 15 ago. 2014.

